

OS FATORES TEÓRICOS E POLÍTICOS SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Francisco Thainan Diniz Maia¹

RESUMO: O objetivo do artigo é apresentar as principais conceituações teóricas que estão no debate da Independência do Banco Central, discorrendo sobre suas implicações na condução da política monetária e as limitações que uma decisão como essa traria sob o espectro político e de medidas de Política Fiscal.

Palavras-Chave: Política Monetária; Macroeconomia; Política Econômica; Desenvolvimento Econômico; Política.

ABSTRACT: The article is presented as the main theoretical concepts that are not related to the Central Bank Independence debate, discussing its implications in the orientation of fiscal policy and in its theoretical determination as this under the political spectrum and fiscal policy measures.

Keywords: Monetary policy; Macroeconomics; Economic policy; Economic development; Policy.

INTRODUÇÃO

O debate econômico se estende em diversos aspectos e áreas da convivência social, como na discussão sobre a maior ou menor intervenção estatal na gestão econômica, os papéis que o Estado deve assumir em atividades empreendedoras, se deve ou não salvar agentes econômicos em momentos de crise, enfim, as construções teóricas que versam sobre temas econômicos se desdobram em fatores que são de relevância para qualquer indivíduo ao redor do globo e sua vida é diretamente impactada, quer ele saiba ou não, por debates feitos por economistas e por decisões tomadas por políticos fundamentadas, em sua maioria, por essas discussões.

Não é diferente quando a questão é a Independência do Banco Central, defendida pela ala neoclássica de economistas fundamentados pela Teoria das Expectativas Racionais. É uma proposta que visa diminuir a interferência política sobre decisões que digam respeito a Política Monetária, tornando como objetivo único e autônomo do banqueiro central a busca pela manutenção dos níveis de preço e a garantia de

¹ Doutorando Universidade Estadual de Campinas

credibilidade jurídica na condução de Políticas Macroeconômicas. O que geraria maior confiabilidade para os investidores estrangeiros e nacionais e possivelmente resultaria em um melhor crescimento econômico.

Por outro lado, os pós-keynesianos criticam ferreamente essas proposições, apontando possíveis conflitos entre a Política Monetária e a Política Fiscal do governo, argumentando sobre possíveis contradições na implementação do plano de governo laureado pelas eleições e prováveis limitações democráticas, afinal, a Independência do Banco Central não garantiria a autonomia necessária para que o governo adotasse medidas de redução das desigualdades sociais, adoção de um modelo de desenvolvimento que alterasse a colocação da respectiva geografia na divisão internacional do trabalho e que visasse a promoção do crescimento econômico e geração de empregos.

Além disso, os neoclássicos e keynesianos diferem frontalmente nas fundamentações teóricas que são base para as arguições do debate. Se por um lado os neoclássicos assumem a neutralidade da moeda e a Lei de Say² como pressupostos de funcionamento econômico, os pós-keynesianos defendem que a moeda tem efeitos reais na economia e que existem múltiplos pontos de equilíbrio na dinâmica econômica abaixo do pleno emprego.

Outra diferenciação na controvérsia é a utilização dos aspectos históricos. Na vertente dos defensores da independência do Banco Central a função única e principal é a manutenção da estabilidade do nível de preços, enquanto que os que se posicionam de maneira contrária, argumentam que historicamente os banqueiros centrais não nasceram com essa função, mas que foi alocada gradualmente junto com outras que têm relevância histórica e que são importantes para a gestão da política econômica.

Assim sendo, o objetivo do artigo será apresentar os modelos teóricos defendidos por ambas as partes do debate, perpassando pelas vantagens e desvantagens da adoção da Independência do Banco Central e apresentando as implicações políticas da adoção desse mecanismo institucional. Dessa forma o artigo está dividido em quatro partes além dessa introdução, a primeira discorrerá sobre os pressupostos teóricos da defesa da

² Lei de Say ou Lei dos Mercados de Say: a demanda de um bem é determinada pela oferta de outros bens, de forma que a oferta agregada é sempre igual a demanda agregada. Say aceitava ser possível que certos setores da economia tivessem relativa superprodução em relação aos outros setores, que sofressem de relativa subprodução.

Independência do Banco Central e suas vantagens, a segunda discorrerá sobre os pressupostos da Teoria Crítica à independência do Banco Central, na terceira serão tratados os aspectos políticos do debate e por fim a conclusão.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Até a década de 1970 era consenso que a Política Monetária deveria levar sempre em consideração o problema do desemprego, até que dois eventos elevaram a preocupação com os níveis de inflação, o primeiro deles foi o Fim de Bretton Woods em 1971, que marca o final do Padrão Ouro e que permitiria que cada país pudesse definir como seria a paridade de sua moeda, o segundo se trata do grande choque do petróleo, momento em que a *commoditie* teve uma elevação de quase 400% entre outubro de 1972 e março de 1973, tendo reflexos poderosos no nível de preços nos EUA e Europa. (Mendonça, 2003)

Somados a esses dois eventos, temos a ascensão da Teoria das Expectativas Racionais, que hoje é a viga basilar de toda a corrente neoclássica que tem o posicionamento favorável à Independência do Banco Central, oriunda da contrarrevolução monetarista liderada por Milton Friedman e criada por Robert Lucas e por John Muth, essa teoria tem como pressupostos que todos os agentes atuando segundo suas expectativas buscam maximizar sua utilidade e que os mercados são eficientes.

Por baixo desse véu, se tem os três princípios microeconômicos básicos, que são o de integralidade, transitividade e o de que mais é sempre melhor que menos. Com isso, os indivíduos tomam suas decisões a partir de três elementos: informação disponível, experiência previa e racionalidade. Por serem escassas, todas as informações disponíveis são utilizadas, as expectativas são configuradas por uma estrutura econômica previamente reconhecida pelos agentes e uma vez que a previsão econômica é conhecida por todos, ela não dá a ninguém chances de lucros especiais. Nesse contexto, é impossível que agentes cometam erros sistemáticos na avaliação do comportamento econômico, logo, formam suas expectativas de forma racional.

A implicação dessa hipótese é de que a taxa de desemprego real fica oscilando aleatoriamente em torno de uma taxa natural. Ora, se os agentes otimizam informações e formam expectativas olhando para o passado e para o futuro, e se existe uma taxa natural

de desemprego, o preço dependeria da capacidade de demanda dos consumidores e da capacidade de produção da economia, qualquer aumento da base monetária executada pelo Estado, seria antecipada pelos agentes como gerador inflacionário, visto que os indivíduos irão se antecipar elevando o preço de seus produtos e consequentemente a inflação será gerada, logo, a ação governamental seria neutralizada, não gerando efeitos reais na economia. (Freitas, 2006)

Em outras palavras, a Teoria das Expectativas Racionais tem como pressuposto a neutralidade da moeda e a Lei Say, e o único mecanismo que o Estado tem para gerar impactos reais via política monetária na economia é o fator surpresa, confundir agentes com distorções no curto prazo. Ao se prosseguir por essa vertente teórica, não é difícil vislumbrar a seguinte contradição, caso a política monetária esteja atrelada ao governo executivo, a mesma será utilizada de forma discricionária em períodos imediatamente anteriores as eleições, na tentativa de gerar condições econômicas favoráveis para uma provável reeleição ou construção de um governo sucessor do mesmo grupo político, utilizando-se de medidas populistas e que comprometeriam o ciclo racional macroeconômico, gerando ciclos econômicos subótimos.

A partir disso, a teoria assume a existência de um viés inflacionário, que busca resultados transitórios nas variáveis reais com objetivos políticos e se faz necessário um descolamento do Ciclo Político do Ciclo da Economia Monetária (Torres e Martins, 2019). Dessa forma, seria lógico que a Política Monetária fosse desenvolvida com regras claras e conhecidas, sem grau de discricionariedade por parte do executivo: Seu objetivo deve ser o de buscar a estabilidade de Preços, deve ser independente do poder Executivo e assim evitar desconfiança para os agentes, driblando o problema da credibilidade que o governo teria.

Os proponentes da Independência do Banco Central, como por exemplo Goodhart, defendem que o Banco Central deve ser uma entidade apolítica cujo objetivo é manter a estabilidade do nível de preços, através da definição de regras simples, com pouca ou nenhuma contingência, baseadas em instrumentos derivados da assumpção de que o sistema econômico é autorregulado e basicamente tende ao equilíbrio. (Goodhart, 1994)

A independência do Banco central seria a autonomia para perseguir o objetivo da estabilidade de preços, formalmente deve se possuir os seguintes pré-requisitos

institucionais, a inclusão no estatuto que seu único objetivo é o combate à inflação, regras claras que estipulam mandatos e dificultem as demissões por motivos políticos, a existência de patrimônio próprio e a liberdade para definição de orçamento próprio.

Em suma o Banco Central Independente seria uma instituição autônoma do Poder Executivo, que busca a harmonia de interesses de curto e de longo prazo, maximizando os ciclos econômicos e extirpando qualquer interesse político que pudesse interferir na Política Monetária, qual seja, interesses eleitoreiros que possuem vieses inflacionários para a economia, na qual a independência e periodicidade de sua diretoria faria com que sua designação estivesse sempre de forma separada da conjuntura do mandato dos políticos. É possível, identificar, que a estabilidade do nível de preços é frontal a outros objetivos de governo, como a elevação da atividade econômica financiada com o déficit orçamentário, pois reduz o conjunto de circunstâncias desejável para a manutenção da estabilidade do nível de preços.

3. VANTAGENS DE UM BANCO CENTRAL INDEPENDENTE

Seguindo os pressupostos das Expectativas Racionais e a sua implicação lógica de que a Política Monetária deve ser autônoma em relação ao Poder Executivo, é possível vislumbrar algumas vantagens dada a implementação de um Banco Central Independente. A primeira delas é que ao se assumir uma instituição cuja função é a busca pela estabilidade de preços, esse objetivo ganhará uma centralidade e todos os demais serão considerados exteriores, a segunda vantagem é a redução de interferência de natureza política nas decisões operacionais do Banco Central, conseqüentemente haverá uma diminuição do viés inflacionário na condução da Política Monetária e uma maior disciplina nos gastos governamentais dada à queda na captação de senhoriagem. (Mendonça, 2003)

Com um Banco Central Independente a Política Macroeconômica seria menos propensa a ser contaminada por medidas populistas que visassem resultados unicamente eleitoreiros, o poder executivo ao tomar suas decisões seja em anos eleitorais, ou nos demais anos, deverá levar em conta os custos de financiamento em casos fiscais, dado que ampliações monetárias potencialmente podem ter resultados inflacionários e

consequentemente elevações das taxas de juros e encarecimento de financiamento do Estado.

Vale salientar ainda, que o Banco Central ao atuar de maneira independente tem maior facilidade de adquirir, pelo menos na teoria, maior credibilidade junto a investidores internos e externos, pois garante uma menor interferência política, segurança jurídica e consequentemente e perpassa tudo isso ao mercado financeiro nacional. Para os defensores da Independência do Banco Central, a confiança e credibilidade são fatores determinantes para o crescimento econômico. Nesse sentido a instituição monetária pode ser como uma fomentadora de crescimento econômico, visto que sofrerá menos pressões políticas e executará ações melhores prognosticadas, garantindo um melhor crescimento econômico. (Mendonça, 2003)

Além de evitar ações precárias com o uso de oportunidades políticas, evitaria as dotações extraorçamentárias, que passariam a ser buscadas no mercado de crédito, evitando a emissão de moedas para financiamento do governo, e qualquer pressão política para obter recursos adicionais seria nula. Na prática o presidente da instituição passaria a ter mais importância que o Ministro da Fazenda, pois passa a comandar a política monetária, as taxas de juros e as negociações de dívidas externas caso existam, logo os poderes seriam obrigados a verificar os custos de oportunidade e seria retirada a crença de que governos têm a capacidade inesgotável de criação de recursos.

Por conseguinte, a Independência do Banco central seria uma espécie de balança para o desequilíbrio fiscal, afinal controlaria as receitas vinculadas e orientaria todo o remanejamento de verbas sem que isso aumentasse a liquidez do mercado monetário, vale salientar que qualquer alteração feita para esse remanejamento, seria altamente justificada e analisada cuidadosamente pelo banqueiro central.

É válido notar, que ainda que esses pontos sejam qualificados como vantagens da Independência do Banco Central para a corrente novo-clássica, os pós-keynesianos e outros opositores da Independência do Banco Central, consideram justamente esses pontos como desvantagens de um Banco Central Independente, esses argumentos serão apresentados nas seções posteriores do artigo.

4. PRESSUPOSTOS DA TEORIA CRÍTICA A INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Embora não homogeneamente, economistas pós-keynesianos enxergam a economia a partir da visão de economia monetária de Produção proposta por John Maynard Keynes, enquanto que economistas pertencentes a um keynesianismo decorrente da chamada síntese neoclássica, cunhados de keynesianismo bastardo por Joan Robinson, defendem que a política monetária é irrelevante para as variáveis reais, e apenas a política fiscal poderia ter resultados sobre a demanda agregada na economia. Dito isso, os pressupostos apresentados serão aqueles defendidos pelo primeiro grupo, em contraposição ao exposto nas partes anteriores do artigo.

Como pressuposto basilar e oposto ao que defende a teoria das expectativas racionais, se tem a definição de moeda, para entender a importância monetária devemos entender o seu átomo, apesar de aparentemente trivial, o que a teoria considera ser a moeda tem implicações que vão crescendo com o desenvolvimento teórico, se tornando relevante de tal maneira que passa a ser fator determinante para a defesa ou oposição quanto a um Banco Central Independente.

A moeda é uma instituição fundada em convenções e regras que evoluem segundo as mudanças sociais, que serve como unidade de medida para liquidação de contratos e possuidora de uma forma cujo valor é representado, ela é muito mais do que simplesmente um meio de circulação, qualquer débito ou preço precisam antes de tudo ser expressos através dessa unidade de conta, logo, a moeda é um ativo desejado por ser a máxima liquidez e possuir o poder de compra de tudo e com isso, o objetivo dos agentes é obter uma riqueza cada vez maior. Se a moeda é um objeto desejado por si mesmo, a Política Monetária é um importante instrumento para alterações na produção e redução no emprego. A incerteza, aliada a liquidez presente na moeda, não necessariamente permitirão que uma parte da renda se transforme em demanda efetiva, através do consumo ou de novos investimentos, cabendo ao Estado ser estimulador das expectativas e por dar a investidora necessária para o funcionamento econômico.

Uma outra faceta importante da moeda a ser considerada é a sua forma creditícia, ou moeda crédito, que é a emissão da moeda de forma privada, criada no momento da concessão desse respectivo crédito. Para que o banco tenha esse poder, ele precisa integrar

um sistema hierarquizado de forma que no topo da organização se tenha um Banco Central capaz de delegar determinado poder. Nesse aspecto, os Bancos privados são instituições que combinam a criação monetária e a gestão de capital de empréstimo, de um lado criando a moeda sob a forma de um depósito a vista e por outro lado, atuando como intermediários mobilizando a poupança financeira e se tornando um elo entre a esfera da circulação e da produção. (Freitas, 2006)

Dada a irreversibilidade temporal e a falta de informações completas, a lógica dos agentes é impossibilitada, a moeda afeta motivos e decisões, e nesse sentido, é um fator que opera a impraticabilidade da predição, tanto no longo quanto no curto prazo, sem um conhecimento do comportamento da moeda entre uma e outra transação, o desejo de obtenção e a ausência de plenitude informacional são construções teóricas que agredem frontalmente os pressupostos racionais do agente, ora, sem as previsões formadas com as informações disponíveis, o comportamento tal qual o demônio de Laplace do agente é prejudicado, e assim o mesmo não consegue se antecipar em um movimento uníssono com os demais indivíduos da economia, de forma a anular o impacto da política monetária.

Ora, se a ação dos agentes é feita com base em seu desejo pela obtenção de moeda, dado que ela é reserva de valor, crédito e unidade de conta, uma política monetária expansionista desde que coordenada a política fiscal, pode levar a um crescimento nos níveis de produto e de renda, não havendo neutralidade da moeda no curto prazo. (Sicsú, 1996) Além disso, a economia Keynesiana não reconhece a pré-existência de um trade-off entre inflação e desemprego e nem mesmo a existência de apenas um único ponto de equilíbrio estável na economia, logo não existe um viés inflacionário para a política monetária, visto que políticas expansionistas adotadas em pontos abaixo do pleno emprego, não necessariamente resultarão em inflação.

Um outro aspecto a ser questionado, é que a Teoria de Independência do Banco Central assume que o controle da estabilidade dos preços é uma função natural do Banco Central, como se a história entre banqueiros centrais e controle inflacionário se confundissem. Ao se voltar para uma análise histórica, a evolução dos Bancos Centrais aponta que instituições mais antigas como o Banco da Inglaterra e o Banco da França foram acumulando de maneira gradual as funções que hoje são atribuídas ao banqueiro

central: gestor dos meios de pagamentos e emissor de moeda legal, banco dos bancos, prestamista de última instância, controlador da moeda e do crédito e regulador do sistema bancário.

Sendo o Banco da Inglaterra criado em 1694 pioneiro de todas essas atividades, apesar de em sua origem não ter recebido o direito exclusivo de emissão monetária, mas em decorrência de sua relação com a coroa tornou-se rapidamente o principal emissor do país. Ao contrário do que é sugerido, os Bancos Centrais não surgem com essa função, exceto o Bundesbank criado em 1957, criado para substituir o Deutsch Bundesbank responsável pela introdução do marco alemão em 1948. (Freitas, 2006)

Há ainda a possibilidade de descoordenação entre as políticas econômicas, a Independência do Banco Central elimina qualquer insubordinação, não implicando necessariamente em mecanismos que possam ser utilizados para a coordenação e aplicação de políticas monetária e fiscal. O modelo de Independência do Banco Central posto pelas expectativas racionais colocam de uma forma polar a dominância fiscal, em economias que não o adotam, e ao mesmo tempo, em seu desenvolvimento, deixam evidente caso seja adotado, o modelo de Independência do Banco Central deve ter uma dominância monetária. Se por um lado a dominância fiscal pode gerar a possibilidade de aumento da inflação e do déficit do governo, por conta de uma determinada passividade monetária gerada em anos eleitorais, por outro uma dominância monetária, através de uma política contracionista pela elevação das taxas de juros pode elevar a possibilidade de um aumento do déficit público e a uma recessão, nesse caso haverá necessariamente um aumento no custo social.

Além das diferenças apresentadas que têm seu início nas pedras basulares de fundamentação teórica permeando a história do sistema bancário e que choques frontais são percebidos na operacionalização de políticas macroeconômicas, temos ainda divergências que são pertencentes ao campo político, ainda que essas já perpassem por esse campo, outros pontos da discussão são mais diretos quanto a ausência de democracia no modelo de independência do Banco Central, que será discutida a seguir.

5. ASPECTOS POLÍTICOS DA INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Ao se tentar se jogar um véu sobre a independência do Banco Central, a corrente neoclássica na tentativa de desconstruir argumentos contrários, defende que a discussão sobre a independência do Banco Central é puramente técnica é que deve ser discutida sob a luz da tecnicidade, e que para isso é necessário que sejam feitas “podas” em qualquer galho que possa ter interferência política. Todavia, a separação entre o agente da Política Monetária do poder executivo, é antes uma decisão política do que propriamente econômica. O controle do nível da estabilidade de preços não é somente um equilíbrio entre as contas do governo, e política monetária, mas também engloba fatores que se relacionam de alguma maneira com o plano político e social laureado pela maior parte da população em um sistema democrático.

Estruturalmente falando um Banco Central independente deve ter um mandato definido de forma legal, em termos que indiquem a defesa do poder de compra da moeda nacional, garantia de uma competência privativa para atingir a meta de controle de preços, por instrumentos e mandatos fixos não coincidentes com o do Presidente da República. Para atingir seu objetivo, o Banco Central deve ter total autonomia para buscar a estabilidade de preços, isso pode gerar divergências entre o Banco Central e as metas de governo que foram apresentadas durante toda a campanha eleitoral, implicando em um elevado custo social.

Por exemplo, caso o Banco Central Independente eleve as taxas de juros, na tentativa de obter capital externo para equilibrar o balanço de pagamentos, irão haver desdobramentos que podem implicar diretamente em medidas necessárias para a implementação do plano de governo, a primeira delas é a elevação do custo de financiamento da autoridade executiva o que impacta diretamente a adoção de operações de política fiscal, além disso, em uma campanha eleitoral em que a principal vertente de campanha do governo eleito seja uma política de empregos e crescimento econômico, não faz sentido que as taxas de juros permaneçam altas arrefecendo a atividade econômica, podendo gerar estagnação e desemprego. A inflação pode ser injusta, mas a recessão é inconveniente. (Freitas, 2006)

Ademais, o objetivo único de garantir a estabilidade de preços pode possivelmente dificultar uma ação de prestamista de última instância frente a uma crise bancária que pode ocorrer dado os níveis de globalização do sistema financeiro e a instabilidade do

sistema capitalista, uma vez que os empréstimos em grande medida serão uma política expansionista que presumivelmente causaria inflação.

Se por um lado o Banco Central Independente pode dificultar a execução de políticas macroeconômicas do governo, ainda que essas tenham sido escolhidas pela população pelo crivo das urnas, por outro, um governo pode ser prejudicado por um cenário econômico que nesses termos não lhe competiriam. Dificilmente a população como um todo faria a separação do problema inflacionário entre entes, o que direcionaria a crítica quanto a elevação de preços exclusivamente ao chefe do governo, e não necessariamente ao banqueiro central, principalmente dada a dificuldade de avaliação de ações do Banco Central em virtude da imprevisibilidade da inflação, então mesmo que a gestão do equilíbrio de preços seja feita de maneira ineficiente, dificilmente ela será percebida e devido aos fatores eleitorais, provavelmente todas as críticas seriam direcionadas ao governo eleito que seria prejudicado em pleitos posteriores.

Ou seja, a situação inflacionária ou a descoordenação entre as políticas econômicas, seria um forte ferramental utilizado indevidamente, em certa medida, pela oposição (A não ser é claro, em uma situação em que se cobre um posicionamento para revisão da Independência do Banco Central, ainda que a situação de reversão seja uma manobra política extremamente delicada). Em um Banco Central com relação direta com o poder executivo, necessariamente o banqueiro deve prestar contas a toda a sociedade, junto aos demais membros executores de Política Macroeconômicas.

A Independência do Banco Central têm ainda mais implicações políticas em países que não possuem uma industrialização madura, ou ainda, aqueles que não são considerados desenvolvidos economicamente, isso porque, a abertura financeira tornou essas nações mais vulneráveis em aspectos financeiros, pois são capturadas por grandes investidores de países centrais que buscam investimentos fugindo de desvalorizações mobiliárias e imobiliárias pelas quais seus respectivos países passam, qualquer flutuação econômica, instabilidade política ou qualquer alteração que possa ter impacto econômico podem gerar grandes fugas de capital desvalorizando bruscamente o câmbio e encarecendo produtos que sejam importados ou que possuam em sua composição itens adquiridos do exterior, gerando inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos. (Sicsú, 1996)

Para a manutenção de um câmbio relativamente estável, ao se determinar as taxas de juros deve se ter em consideração que as moedas de países periféricos não possuem demanda fora dos mercados domésticos e por esse motivo devem ser compensadas com prêmios de risco. E além de observar as variações inflacionárias o câmbio deve estar de acordo com o posicionamento do país na Divisão Internacional do Trabalho, e o que foi proposto pelo povo através de seus candidatos eleitos para os próximos anos de atividade econômica. Ora, não é nenhum absurdo supor que um país queira se reposicionar internacionalmente, aumentando por exemplo, a sua complexidade industrial, nesse sentido um câmbio mais caro faria seria respaldado para proteger o funcionamento da indústria nascente e garantir certo nível de competitividade versus os produtos estrangeiros, ainda que essa política possa ser feita por outros meios que não o cambial, como a adoção de subsídios, todavia ela necessariamente voltaria para as condições de financiamento de estado e conseqüentemente poderia se chocar com as taxas de juros elevadas, em uma política contracionista determinada pelo Banco Central.

Nesse sentido, a independência do Banco Central pode ser lida como a institucionalização de práticas que conduzem a ingovernabilidade de políticas macroeconômicas, tanto em países desenvolvidos e principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Como alternativa deve-se pensar a Política Monetária como uma das políticas econômicas governamentais que deve ser utilizada conjuntamente com as demais políticas para garantir níveis socialmente aceitáveis e que sejam tecnicamente viáveis de emprego e inflação, caso contrário a mesma estará sendo subutilizada. A coordenação de políticas econômicas, com a inserção do Banco Central pode resultar em um aparato poderoso para o alcance de diversas metas pretendidas pelo governo. (Sicsú, 2006)

Uma Política Econômica coordenada se torna eficiente quando persegue um objetivo prioritário, mas que não é o único, gerando o mínimo de contradições entre seus instrumentos, estabelecendo um equilíbrio entre a Política Fiscal, Monetária e Cambial, emitindo o máximo de sinais aos agentes diminuindo a incerteza entre os agentes. (Sicsú, 2006)

Essa coordenação de políticas não pode ser sinônimo de submissão da Política Monetária em relação a Política Fiscal, mas sim a viabilidade de execução de um plano

eleito democraticamente que leve em consideração as diretrizes econômicas, de produtividade, crescimento, desenvolvimento, distribuição de renda, investimentos e quaisquer outras prioridades do plano de governo ou que deixem de ser, visando com que todo esse desempenho leve em consideração os custos do processo de implementação e os efeitos colaterais que possam ser causados, sendo a inflação e o crescimento dois dos principais e que com certeza serão observados por todos no decorrer de exercício do mandato político.

6. CONCLUSÃO

A teoria da independência dos bancos centrais surgiu nos países industrializados a partir das observadas estabilidades macroeconômicas e com a preocupação gerada pelos eventos de Bretton Woods e o Choque do Petróleo, amparado pela Teoria das Expectativas Racionais, foi uma medida que buscava impedir a tendência de governos em emitir moedas para financiar os excedentes dos gastos públicos e extinguir os vieses inflacionários existentes em períodos eleitorais, assim se separaria o ciclo político do ciclo econômico, diminuindo a influência do poder executivo e dos parlamentos na nomeação de membros da diretoria, embora ainda caiba aos membros desse poder toda a fiscalização pelas ações tomadas pelo banqueiro central.

Ainda que tenham vantagens, a teoria da Independência do Banco Central apresenta alguns problemas, é problemático pensar em um Banco Central com objetivos que tenham divergência das políticas do governo federal, as ações e decisões tomadas precisam estar de acordo e ser consistentes com o cumprimento da política econômica e social estipulada pelo plano de governo laureado pelas urnas em um modelo democrático, sobretudo em países que tenham um enorme nível de desigualdade social e que tenham pautas políticas colocada em debate que visem um reposicionamento na Divisão Internacional do Trabalho através de políticas industriais, ou que tenham como principais projetos a geração de emprego, o crescimento econômico ou que apresentem pautas que dependam diretamente ou indiretamente do câmbio ou de políticas fiscais de forma mais presente, devido as contradições e impactos que uma política contracionista pode ter sobre esses pontos.

Vale salientar ainda, que dificilmente a Política Monetária poderá ser utilizada de forma contracíclica, visando recuperar o nível de emprego ou dar resposta a possíveis

crises que o sistema capitalista possa apresentar, uma vez que a teoria em que se é baseada a independência do Banco Central não assume que a moeda tenha impacto real na economia, alterando o nível de produto ou de emprego. Conforme exposto, é possível concluir que a base teórica pós-keynesiana esteja melhor adaptada a realidade a que há uma distância relevante entre uma dinâmica econômica em que todos os indivíduos consigam prever preços e flutuações no nível de produção com base nas informações disponíveis, da que acontece cotidianamente, na economia fora do modelo.

Diante do exposto é preciso garantir que a moeda tenha estabilidade, todavia de forma coordenada com o desenvolvido econômico e social, para concretizar um sistema financeiro sólido e que exista uma proteção para a economia popular. Esse sem dúvida, seria um grande passo para que o Banco Central cumpra seu papel e preste contas perante o país e a sociedade como um todo, através do governo executivo, poderíamos garantir a inexistência de uma política financeira divergente à do governo federal, que foi escolhida pela população, e que caso houvesse poderia estagnar o crescimento econômico e causar elevados custos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS de, M.C.P (2006) “Banco Central Independente e coordenação das políticas macroeconômicas: lições para o Brasil”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n2 (27), pg269-293, ago, 2006. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/617/03_Penido.pdf. Acesso em 4 jan. 2022.

GOODHART, C. “What should Central Banks do? Should be their macroeconomic objectives and operations?” **The Economic Journal**, 104 n427(1994) Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2235461>. Acesso em 30 dez. 2021

MENDONÇA, H.F.(2003) “Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas: Vantagens e Desvantagens de duas estruturas para estabilização” **Revista de Economia Política**, vol. 23, °1(89), Jan-mar, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266094523_Independencia_do_Banco_Central_e_Coordenacao_de_Politicas_Vantagens_e_Desvantagens_de_Duas_Estruturas_para_Estabilizacao. Acesso em: 1 jan. 2022

MENDONÇA, H.F.(2000) “A Teoria da Independência do Banco Central: Uma Interpretação Crítica” Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, São Paulo, 30 (1) Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117611>. Acesso em: 1 jan. 2022
SICSÚ, J. Uma crítica à tese da independência do Banco Central. Nova Economia, [S. l.], v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2266>. Acesso em: 4 jan. 2022

SICSÚ, J. (2002) “Teorias e evidência do regime de metas inflacionárias” **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1 (85), p. 23-33, jan./mar. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1269>. Acesso em 4 jan. 2022.

TORRES, E. & MARTINS, N.M (2019) “O projeto de autonomia do Banco Central: independência dos políticos ou da democracia?” **Observatório de Economia Contemporânea**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-projeto-de-autonomia-do-banco-central-independencia-dos-politicou-da-democracia/>. Acesso em: 30 dez. 2021